



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 201/2021–G1P/ML

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 9.022/2006-e

EMENTA: 1. AUDITORIA DE REGULARIDADE. PLANO GERAL DE AÇÃO 2006. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 1/2005. SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – COMPARQUES E O INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE – ICS. DECISÃO Nº 6.566/2007. **CONVERSÃO DOS AUTOS EM TCE. CITAÇÕES E AUDIÊNCIAS. DECISÃO Nº 5.675/2010. IMPROCEDÊNCIA DAS JUSTIFICATIVAS E APLICAÇÃO DE MULTA. CITAÇÃO DOS GESTORES DO ICS. JULGAMENTO IRREGULAR DAS CONTAS. DECISÃO Nº 2.928/2013. CITAÇÃO. DECISÃO Nº 2.161/2018: DEFESA IMPROCEDENTE; REVELIA DOS DEMAIS RESPONSÁVEIS; CONTAS IRREGULARES E APLICAÇÃO DE MULTA PARA TODOS. ACÓRDÃO Nº 165/2018. NOTIFICAÇÃO. DECISÃO Nº 3438/2019. FALECIMENTO DE UM RESPONSÁVEL: EXTINÇÃO DA PENALIDADE. ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CONTROLE DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA TRÊS RESPONSÁVEIS. RECURSO DE REVISÃO INTERPOSTO POR DIRLENE FIEL DOS SANTOS DE SOUZA. DECISÃO Nº 4460/2020. PELO CONHECIMENTO DO RECURSO.**

2. **CORPO TÉCNICO SUGERE O PROVIMENTO DO RECURSO PARA AFASTAR A MULTA APLICADA E JULGAR REGULARES AS CONTAS DA RECORRENTE, COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS EXTENSIVOS AOS DEMAIS RESPONSÁVEIS.**

3. **PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF. PROVIMENTO DO APELO DE REVISÃO.**

1. Em apertada síntese, versam os autos sobre Auditoria de Regularidade, **convertida em Tomada de Contas Especial** por força da **Decisão nº 6.566/2007** (peça 7), com o objetivo de examinar a execução do **Contrato de Gestão nº 1/2005**, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal – **COMPARQUES** e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – **ICS**.

2. Reconhecida a irregularidade da execução do contrato pelo referido **Decisum**, o Tribunal determinou a **citação** dos responsáveis para apresentarem razões de defesa, ocorrendo novas citações por meio da Decisão nº 5675/2010 (peça 35), especificamente em relação aos representantes legais do ICS.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

3. Apresentadas as defesas, o Tribunal, mediante a **Decisão nº 2.928/2013** (peça 64), assim deliberou:

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. considerar **improcedentes** as defesas apresentadas, conjuntamente, pelos Srs. Ênio Dutra Fernandes da Silva, Maria Bastos Martins e Emi Baldini Ribeiro (fls. 845/857 e anexos fls. 858/998), com relação ao inciso III da Decisão nº 3.012/2012, que reiterou o item ‘b.2’ da Decisão nº 6.566/2007, reiterado pelo inciso IV, alínea ‘c’, da Decisão nº 5.675/2010, sem imputação do débito, uma vez que a matéria está sendo tratada no Processo nº 28.011/2006, abordando os mesmos fatos e valores aqui apurados, conforme destacado nos §§ 25/31 da Instrução; II. levantar o sobrestamento determinado pelo inciso IV, alínea ‘b’, da Decisão nº 5.675/2010, em razão da impossibilidade de citação do atual representante do ICS que foi extinto; III. considerar que o item ‘b.1’ da Decisão nº 6.566/2007 perdeu o objeto, por conta da matéria já estar sendo tratada nos autos do Processo nº 28.011/2006, englobando os fatos e valores aqui apurados, conforme destacado nos §§ 25/31 da instrução **IV. determinar, com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, tendo em conta a omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos para a execução do Contrato de Gestão nº 001/2005 COMPARQUES x ICS (exercício 2005), a citação do então Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração do Instituto Candango de Solidariedade**, nominados no § 45 da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, **apresentem razões de defesa**, em face das **irregularidades** apontadas nos autos, tendo em vista a possibilidade de serem julgadas **irregulares** as contas do ajuste em referência, bem ainda ser imputada aos responsáveis a **obrigação de ressarcir aos cofres públicos o valor repassado ao ICS para a execução do referido ajuste, no exercício de 2006 (reconhecimento de dívida de 2005), no montante de R\$ 440.983,65** (quatrocentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), atualizado até 25.2.2013 pelo sistema SINDEC/TCDF (fl. 1305);”*

4. Regularmente citados, apenas o Sr. João Ignácio Perius apresentou razões de defesa, quedando-se inertes os demais responsáveis. Sobreveio, então, a Decisão nº 2.161/2018 (peça 99):

“O Tribunal, pelo voto de desempate do Vice-Presidente, Conselheiro PAULO TADEU, proferido com base no art. 16, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Conselheiro MÁRCIO MICHEL, decidiu:

I) considerar inaplicável ao feito em exame as diretrizes consignadas nas Decisões n.ºs 2.537/2017, 2.830/2017, 2.831/2017, 4.579/2017, 4.593/2017, 4.594/2017 e 5.051/2017;

*II. nos termos do art. 13, § 3º, da LC nº 1/1994, **considerar revêis para todos os efeitos os Srs. Adilson Waldemar Raposo Junior, Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, Dirlene Fiel dos Santos de Souza, Edimar Pireneus Cardoso, Emílio Carlos Vitali, José Vital de Araújo Fagundes, Lázaro Severo Rocha e Manoel Pereira Lucena**, por não terem atendido a citação determinada na Decisão nº 2.928/2013;*

III. considerar, no mérito, improcedente a defesa apresentada pelo Sr. João Ignácio Perius;

IV. Negar provimento ao pedido de exclusão do rol de responsáveis formulado pelo Sr. Joao Ignácio Périus;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

V. em consequência, nos termos do art. 17, III, a, da LC nº 1/1994, **julgar irregulares as contas dos responsáveis elencados nos itens II e III acima**, referentes ao Contrato de Gestão nº 1/2005, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal – COMPARQUES e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, em razão da não comprovação da efetiva e regular aplicação dos recursos públicos repassados à conta do referido Contrato;

VI. **cientificar os responsáveis acerca do teor desta decisão para que recolham o valor do débito a eles imputado, devidamente atualizado. (...)”**

5. Ato seguinte, foi publicado o **Acórdão nº 165/2018** (peça 102), com aplicação de **multa** aos responsáveis e o julgamento irregular das contas.

6. Irresignada com os termos da decisão supra, a Sra. **Dirlene Fiel dos Santos de Souza** interpôs **Recurso de Revisão** (peça 157), o qual foi conhecido pela Decisão nº 4.460/2020.

7. Em seguida, a **Unidade Técnica** emitiu a Informação nº 043/2021 – NUREC (peça 164), ocasião em que **sugeriu ao Plenário:**

“I. tomar conhecimento da Informação nº 043/2021 – NUREC;

II. dar provimento ao recurso interposto pela Sra. Dirlene Fiel dos Santos Souza (peça 157), contra os termos da Decisão nº 2161/2018 (peça 99) e Acórdão nº 165/2018 (peça 102), em função de precedentes da Corte, para afastar a multa a ela aplicada com base no artigo 57, incisos II e III, da LC nº 1/1994, julgando suas contas regulares;

III. atribuir efeito extensivo ao Sr. Emílio Carlos Vitali, ex-Diretor de Administração do extinto ICS, e também aos Srs. Adilson Waldemar Raposo Junior, Edimar Pireneus Cardoso e João Ignácio Perius, exmembros do Conselho de Administração daquele instituto, em virtude dos precedentes das Decisões nºs 4898/2014, 4959/2014 e 4579/2017;

IV. em consequência, tornar sem efeito o Acórdão nº 165/2018 (peça 102) em relação aos recorrentes nominados nos itens II e III anteriores, lavrando-se outro que registre o novo julgamento das contas;

V. determinar o cancelamento dos descontos efetuados em desfavor dos nominados no item II anterior e, se porventura recolhidos, que sejam restituídos;

VI. autorizar:

a) o conhecimento da decisão a ser proferida à recorrente e aos demais interessados, na pessoa dos representantes legais destes, quando aplicável;

b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.”

8. Os autos foram, então, encaminhados ao MPC/DF para manifestação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

9. É o que basta relatar. Passo a opinar, informando, de início, que atuo no presente feito em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

10. Neste momento, cabe analisar o **mérito** do apelo interposto pela Sra. **Dirlene Fiel dos Santos de Souza**, em que se busca reverter os fundamentos da decisão impugnada. Para melhor compreensão da controvérsia, necessário se faz a reprodução dos principais excertos da peça recursal, os quais foram bem sintetizados na Informação nº 043/2021–NUREC (peça 164), motivo pelo qual peço vênica para transcrevê-los nesta oportunidade:

“11. Inicialmente, a recorrente apresenta como argumentos do pleito para a reforma da deliberação a ineficácia dos documentos que fundamentaram a Decisão nº 2161/2018, bem como a superveniência de documentos novos.

12. Afirma que não constam dos autos “uma única prova de que a recorrente teria concorrido para qualquer prática de ato ilícito ou irregular”. Complementa aduzindo que atuou de forma “pro bono” e sem qualquer atribuição de cunho financeiro ou de responsabilidade sobre contratos de gestão ou sobre sua execução (peça 157, pág. 1).

13. Ao apresentar histórico da tramitação dos autos, a recorrente destaca que, mediante a Decisão nº 2161/2018 (peça 99), a Corte teria acatado as alegações de defesa de alguns, rejeitado as de outros e declarado a revelia da recorrente, julgando suas contas irregulares, com aplicação de multa individual no valor de R\$ 6.956,52, com base no art. 57, II e III, da LC nº 1/1994, conforme Acórdão nº 165/2018 (peça 102).

14. Declara que a situação deste Processo é igual a de outros julgados da Corte, sendo certo que a recorrente não exerceu, em momento algum, qualquer cargo executivo de Presidente/Vice-Presidente ou Diretor Financeiro do extinto ICS, e jamais teria assinado qualquer cheque ou movimentado recursos financeiros de qualquer espécie, não tendo atribuição de gerir contratos de gestão, de elaborar prestação de contas e/ou de prestá-las (peça 157, pág. 4), sendo-lhe aplicável a Decisão nº 3691/2019, bem como os demais precedentes do Tribunal (Decisões nºs 5747/2009, 4898/2014, 4959/2014, 2161/2015, 4579/2017, 888/2018, 2111/2018, 2135/2018, 2172/2018, 2174/2018 e 3843/2020)

15. Nota que não constam dos autos documentos que comprovem qualquer ato praticado pela recorrente, muito menos ato em razão do qual possa ser imputada qualquer irregularidade, o que demonstraria, segundo a recorrente, que a responsabilização sob exame carece de lastro probatório, o que entende suficiente para provimento do recurso em vista da “insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida”, com fundamento no art. 36, II, da LC nº 1/1994.

16. Acrescenta que, assim como a Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto e o Sr. Emilio Carlos Vitali, a recorrente ocupava cargo de diretoria no extinto ICS, porém, “jamais realizou qualquer movimentação financeira, não tendo, sequer, atribuição e/ou competência para prestar contas dos recursos utilizados pelo ICS.” Ressalta que em suas alegações, acolhidas pela Corte, os mencionados jurisdicionados afirmaram que apenas exerceram o cargo de Diretor de Administração, sem qualquer atribuição financeira ou relativa a contratos de gestão (peça 157, pág. 4).

17. A partir do exposto, resume o que entende como sendo o atual entendimento do Tribunal quanto à responsabilização de que tratam os autos, nos seguintes termos (peça 157, pág. 8):



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

“ (...) o atual entendimento do Tribunal está em que a inexistência de gestão de recursos públicos e de obrigação de elaboração de prestações de contas relativas a contratos de gestão; a ausência de atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie; e o fato de que o Estatuto do ICS, ao permitir e prever que a movimentação de recursos financeiros da entidade ICS somente pudesse ser realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças, afastaria a possibilidade de responsabilização de quem não detinha essas atribuições.”

18. Reitera que teria exercido no extinto ICS funções “pro bono”, dentro de seu tempo livre, na Diretoria de Promoção Social. Complementa que teria atribuições específicas e limitadas de planejamento, coordenação e supervisão da execução das funções da Diretoria, conforme Regimento Interno do extinto ICS e que não detinha qualquer atribuição relativa a contratos de gestão, inclusive não teria assinado nenhum contrato, nem seria responsável por recebimento de valores, compras e pagamentos, tampouco pela prestação de contas, as quais estariam na alçada de outras unidades do extinto ICS, conforme comprovariam os documentos que constam destes autos. Assim, conclui que não poderia ser responsabilizada por gestão de recursos e pela não apresentação de prestação de contas (peça 157, pág. 13).

19. Aponta para Decisões exaradas nos Processos nºs 7831/2007, 482/2004 e 7939/2007, em que a Corte teria dado provimento aos recursos da recorrente concernentes a irregularidades similares às de que tratam estes autos (peça 157, pág. 9).

20. Observa que os autos carecem da especificação da conduta, do nível de envolvimento, da demonstração da culpa ou do dolo e dos danos efetivamente sofridos, omissão esta que revelaria ofensa às leis de regência, a exemplo dos arts. 926/927 do NCPC/2015. Acrescenta, ainda, que a responsabilização abstrata, solidária ou não, da recorrente também vai de encontro ao disposto nos arts. 133/137 do NCPC/2015, que trata do dever de instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (peça 157, pág. 11).

21. Como argumento preliminar, com fundamento nos arts. 133/137 do NCPC/2015, entende não se pode ampliar as hipóteses de desconconsideração da personalidade jurídica para alcançar pessoas físicas, no caso a recorrente, além daquelas pessoas que efetivamente representaram o extinto ICS e praticaram atos de gerência e de gestão. Acrescenta que mesmo no âmbito do Direito Tributário, apesar de não se aplicar à situação sob exame, a desconconsideração para se alcançar dirigentes de pessoas jurídicas em débito com o Fisco depende de comprovação de prática de atos com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto (peça 157, pág. 11).

22. Afirma que não há no âmbito do Direito Administrativo disposições nesse sentido, de forma que se revelaria nula de pleno direito a responsabilização genérica dos dirigentes de entidades particulares privadas, a despeito de adoção de procedimentos tendentes a verificar e comprovar o dolo e a culpa na participação em atos ilícitos. Complementa que, nos termos do art. 15 do NCPC/2015, os procedimentos previstos na norma processual teriam aplicação supletiva e subsidiária ao caso sob exame, em vista da ausência de processamento próprio na seara administrativa (peça 157, pág. 12).

23. Ante o exposto, argumenta que a condenação da recorrente por conta de assinatura de contrato por outrem ou por ausência de prestação de contas que supostamente não eram de sua responsabilidade, revela ofensa ao sistema jurídico, em especial, revela nulidade da atuação administrativa, pois, não adotado qualquer procedimento para se



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

verificar a participação, o dolo ou a culpa da ora recorrente nos eventos debatidos nos autos (peça 157, pág. 15).

24. Conclui, com relação a este ponto, que a responsabilização direta da recorrente não tem amparo legal, ao contrário, ofende normas de aplicação supletiva e subsidiária, ofendendo o devido processo legal previsto no inciso LIV do art. 5º na CF/88 (peça 157, pág. 15).

25. Acrescenta que as Decisões exaradas pela Corte não teriam atendido aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e eficiência, que, segundo o art. 8º do NCPC/2015, deveriam ser observados ao se aplicar o ordenamento jurídico (peça 157, pág. 13).

26. Quanto ao mérito, como primeiro fundamento, afirma que não constam dos autos uma única prova de que a recorrente teria concorrido para qualquer prática de ato ilícito ou irregular, o que seria suficiente para dar provimento ao pleito por conta de “insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida” (inciso II do art. 36 da LC/DF nº 1/1994). Reitera que a recorrente teria atuado de forma “pro bono” e sem qualquer atribuição de cunho financeiro ou de responsabilidade sobre contratos de gestão ou sobre sua execução (peça 157, pág. 15).

27. Informa que diversas ações de improbidade administrativa e ações criminais foram instauradas para recompor o erário distrital, porém o nome da recorrente não constaria em nenhum dos procedimentos judiciais impetrados, justamente pelo fato de que não teria nenhuma atribuição ou qualquer responsabilidade sobre contratos de gestão e sobre sua execução, sobre movimentação financeira ou sobre prestação de contas (peça 157, pág. 14).

28. Com relação ao segundo argumento, alega que a tese relativa ao mérito do recurso deve ser admitida em vista de precedente específico firmado no âmbito da Decisão nº 1431/2012, bem como dos demais precedentes indicados nos autos (Decisões nºs 3691/2019, 5359/2011, 303/2012, 1431/2012 e 2111/2018). Reclama que o mesmo tratamento que consta das decisões exaradas seja aplicado à recorrente em vista de se encontrar em situação idêntica (peça 157, pág. 15 e 16).

29. Assevera que nos mencionados precedentes, a Corte reconheceu a ilegitimidade não apenas de todos os membros do Conselho de Administração do extinto ICS para figurar no rol de responsáveis da Entidade, mas, também, dos seus diretores. Destaca que foram julgadas regulares as contas da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (ex-Diretora de Administração e 2ª Vice-Presidente do extinto ICS) e do Sr. Emílio Carlos Vitali (então Diretor de Administração do extinto ICS) por ausência de qualquer responsabilidade quanto a essas irregularidades e, por conseguinte, quanto ao dever de prestar contas (Decisões nºs 1431/2012, 1555/2020 (sic), 2111/2018 e 2825/2019); (peça 157, pág. 16).

30. Reitera que as Decisões que excluíram a responsabilidade de diversos jurisdicionados teriam como fundamento o fato de não terem realizado movimentação de recursos financeiros do extinto ICS e não terem atribuição para prestar contas ou competências para gerir recursos no âmbito de contratos de gestão (peça 157, pág. 16).

31. Registra que o Tribunal teria assentado o entendimento de que a inexistência de gestão de recursos públicos e de obrigação de elaboração de prestações de contas relativas a contratos de gestão; a ausência de atribuições voltadas a execução de ajustes da espécie; e o fato de que o Estatuto do extinto ICS, ao permitir e prever que a movimentação de recursos financeiros somente pudesse ser realizada, de forma



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças, afastaria a possibilidade de responsabilização de quem não detinha essas atribuições (peça 157, pág. 17).
(...)

33. Quanto ao mérito, requer provimento do pedido no sentido de reformar a Decisão nº 2161/2018 e o Acórdão nº 165/2018, e todos os seus efeitos, de modo a excluir o nome de Dirlene Fiel dos Santos Souza do rol de responsáveis e, consequentemente, isentá-la da penalidade que lhe fora aplicada (multa individual), bem como que o órgão pagador dos proventos da recorrente (GDF/Secretaria de Educação do DF/Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação do DF) seja oficiado para que cancele os descontos e restitua os valores indevidamente recolhidos.

11. A Unidade Instrutiva, por sua vez, ao analisar as razões recursais da recorrente, apresentou os seguintes fundamentos:

“36. Preliminarmente alega-se a necessidade de anulação da Decisão recorrida por ausência de instauração de incidentes de descon sideração da personalidade jurídica para eventual condenação da recorrente.

37. Não merece prosperar a alegação de impossibilidade de responsabilização da recorrente, na qualidade de pessoa física. A recorrente exercia o cargo de titular da Diretoria de Promoção Social que, nos termos do art. 9º do Estatuto do extinto ICS, integra a estrutura do extinto ICS (e-DOC 1CAAE59B, págs. 115/116).

38. Há processos examinados pela Corte, que também envolvem o extinto ICS, em que membro do Conselho de Administração, que posteriormente teve o nome excluído do rol de responsáveis, faz os seguintes registros nas peças recursais:

“**os reais gestores da instituição** são: 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor de Administração, Diretor de Finanças e **Diretor de Promoção Social**, cujas competências estão determinadas nos arts. 26 a 32 do Estatuto Social;” (e-DOC F8C514EC, pág. 63)

“14. Em sendo assim, em análise ao Estatuto do ICS nota-se com clareza que a **competência do Conselho de Administração do ICS é de caráter normativo e não de gestão ou aplicação de recursos, sendo absolutamente diferenciada das competências dos reais gestores da instituição** que são: Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor de Administração, Diretor de Finanças e **Diretor de Promoção Social**.

15. Ressalte-se, aliás, que **as competências dos gestores da instituição** em tela (Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor de Administração, Diretor de Finanças e **Diretor de Promoção Social**) estão categoricamente determinadas em seu Estatuto Social nos artigos 26 a 32, os quais deixam claro que a tais cargos é que eram atribuídos, de forma exclusiva, **os encargos de direção e gerência do Instituto;**” (e-DOC F872092D, pág. 72)

(...)

41. Resta, portanto, especificada a possibilidade de o Tribunal julgar as contas da recorrente.

42. Quanto aos argumentos de ausência de provas nos autos de que teria cometido qualquer ato ilícito com culpa ou dolo, bem assim dos danos sofridos, assente-se que a responsabilidade demonstrada nos autos não se vincula a dolo ou intenção de lesar, porquanto a multa imputada (Decisão nº 2161/2018, peça 99) fundamentou-se na não comprovação da efetiva e regular aplicação dos recursos públicos repassados à conta



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

do Contrato de Gestão nº 1/2005, aplicando ao caso as disposições do 17, III, “a” da LC nº 1/19943 .

43. No entanto, em vista da ausência de individualização da conduta da recorrente no rol de responsáveis, procedeu-se, nesta fase recursal, ao exame do Estatuto do extinto ICS com o intuito de verificar as atribuições da Diretoria de Promoção Social. Constatou-se que, não obstante integrar a estrutura do extinto ICS, o Estatuto da entidade apresenta atribuições para as diretorias em geral, não detalhando as responsabilidades do cargo ocupado pela recorrente, conforme verifica-se nas disposições do art. 26 do Estatuto (e-DOC 1CAAE59B, pág. 142):

“Art. 26 – Aos Diretores compete: a) planejar, dirigir, coordenar respectivas diretorias; e supervisionar a execução das competências das diretorias; b) delegar competência a qualquer chefia subordinada, quando se fizer necessário; c) executar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Estatuto e pelo Presidente.”

44. Ademais, nos termos do art. 24, alínea “b”, e art. 28 do Estatuto do extinto ICS, competia ao Presidente do Instituto a movimentação dos recursos financeiros de forma conjunta com o Diretor de Finanças. Ainda, na falta ou eventual impedimento do Presidente do extinto ICS, a substituição ficaria a cargo do Vice-Presidente. Na ausência do Diretor de Finanças, a atribuição de assinatura seria, em conjunto com o Presidente do extinto ICS ou com o Vice-Presidente, do Diretor de Administração, ou do Chefe do Departamento de Administração e Execução Financeira, ou de empregado do extinto ICS que seria nomeado por Resolução (e-DOC 1CAAE59B, págs. 142/144).

45. Portanto, não procedentes os argumentos no que se refere à ausência de provas nos autos de que teria cometido qualquer ato ilícito com culpa ou dolo.

46. Com relação ao pleito de aplicação de precedentes da Corte à situação sob exame e à necessidade de tratamento isonômico, constata-se, quanto aos precedentes, consonância com o entendimento firmado no Voto condutor da Decisão nº 2177/2018, no âmbito do Processo nº 23480/2007. Na ocasião, o Ilmo. Conselheiro Relator reapresentou opinião no sentido de exclusão de responsabilidade daqueles que não movimentaram recursos financeiros do extinto ICS:

“(…) o fundamento para se afastar a responsabilidade dos integrantes do Conselho de Administração do ICS reside no fato de eles não movimentarem recursos financeiros da entidade, enfim, não praticarem atos de gerência. Tal movimentação, consoante o Estatuto do ICS, era realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças. Logo, por não praticarem tais atos, os conselheiros não podem ser considerados responsáveis solidários diretos.”⁵ (grifou-se)

47. Apesar de o MPjTCDF ter interposto Recurso de Reconsideração contra os termos da Decisão nº 2177/2018, observa-se que a peça recursal questiona, fundamentalmente, o item do decisum que considerou as contas ilíquidáveis e determinou seu trancamento e arquivamento. No Recurso, o Órgão Ministerial aquiesceu aos fundamentos que integram o Voto do Ilmo. Conselheiro Relator, in verbis:

“Nada obstante, cumpra reconhecer que a questão de ordem suscitada pelo Sr. João Ignácio Perius, em feitos análogos, sobre sua ilegitimidade passiva para constar do rol de responsáveis pode, no entendimento ministerial, ser acolhida pela Corte de Contas, haja vista o Tribunal já ter deliberado acerca do fato de os membros do Conselho de Administração do extinto ICS não terem praticado atos de gestão junto àquele Instituto, não devendo ser responsabilizados por eventuais prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas do Contrato de Gestão nº 702/2002.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Nesse sentido as **Decisões nº 4.959/2014 e nº 4.898/2014** (Processos nº 28.011/07 e nº 18.932/07, respectivamente), entendimento que pode ser estendido aos Srs. Benjamin Segismundo de Jesus Roriz; Edimar Pirineus Cardoso; Danilo Caetano de Almeida; José Casemiro Sobrinho e Wellerson Gontijo Vasconcelos Júnior, que detinham a mesma situação no exercício de 2006, não devendo ser responsabilizados pelos prejuízos apurados na execução do Contrato de Gestão nº 702/2002.” (sublinhou-se)

48. Compulsando-se o Processo nº 3220/2008, verifica-se entendimento de natureza similar. Naqueles autos, no Voto Condutor da Decisão nº 183/2016, o Ilmo. Conselheiro Relator também reapresentou fundamentos de mesmo teor, **estendendo o entendimento especificamente à situação da ora recorrente, a Sra. Dirlene Fiel dos Santos Souza.**

“Posiciono-me ainda pela não responsabilização do senhor Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS à época, e da senhora Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS. Isso porque, conforme vem sendo reconhecido por esta Corte (Decisões nº 303/2012, 1431/2012 e 4476/2014, entre outras), os cargos por eles ocupados não tem atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie. Conforme consta do Estatuto do ICS, a movimentação de recursos financeiros da entidade era realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças.” (grifou-se)

49. De modo convergente com o Voto do Ilmo. Relator, o Tribunal proferiu a Decisão nº 183/2016, nos seguintes termos:

“IV – atribuir efeito extensivo ao recurso sob exame no item II.a, para estender o benefício da reforma da Decisão nº 6522/2011 aos demais integrantes do Conselho de Administração do ICS, mencionados item IV, a.2 e b.2, da Decisão nº 6522/2011, e aos senhores Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS à época, e da senhora Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS, excluindo-os também do rol de responsáveis;” (grifou-se)

50. Examinando-se o teor das decisões referenciadas na peça recursal como precedentes da Corte, constata-se que exprimem entendimento em sentido similar aos encaminhamentos demonstrados anteriormente. A título de exemplo, trechos de algumas decisões:

Decisão nº 1431/2012: II. considerar, no mérito: a) procedente o recurso apresentado pela Senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto, excluindo a recorrente das penalidades contidas na **Decisão nº 6328/10** e no Acórdão nº 242/10, aproveitando os argumentos para excluir do rol de apenados o Sr. Emílio Carlos Vitali;

Decisão nº 3691/2019: I - tomar conhecimento da Informação nº 85/2019 – 2ª DICON/SECONT; II – com base no princípio da segurança jurídica, tendo em conta as Decisões nºs 5359/2011, 303/2012, 1431/2012 e 2111/2018, excluir do rol de responsáveis os nomes de Emílio Carlos Vitali (Diretor de Administração do ICS) e Dirlene Fiel dos Santos Souza (Diretora de Promoção Social do ICS);

Decisão nº 5359/2011: II - dar provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 216/230, a fim de isentar a recorrente da responsabilidade a ela atribuída, nos termos da Decisão nº 6015/10 e do Acórdão nº 225/10, excluindo o nome da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto dos termos do referido acórdão;

Decisão nº 303/2012: II. considerar, no mérito: a) procedente o recurso apresentado pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, excluindo a recorrente das penalidades contidas na Decisão nº 6327/10 e no Acórdão nº 241/10, aproveitando os argumentos para excluir do rol de apenados o Sr. Emílio Carlos Vitali;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Decisão nº 1431/2012: II. considerar, no mérito: a) procedente o recurso apresentado pela Senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto, excluindo a recorrente das penalidades contidas na Decisão nº 6328/10 e no Acórdão nº 242/10, aproveitando os argumentos para excluir do rol de apenados o Sr. Emílio Carlos Vitali;

Decisão nº 2111/2018: I – dar provimento ao recurso de reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 1159/1172 e anexos de fls. 1173/1210), para fins de excluir a recorrente do rol de responsáveis e, consequentemente, das penalidades contidas na Decisão nº 7955/2009 e no Acórdão nº 251/2009, aproveitando os fundamentos recursais para excluir do rol de responsáveis também o Sr. Emílio Carlos Vitali, então Diretor de Administração do extinto ICS;

51. Acrescente-se que não há nos autos documentos que permitam assegurar a efetiva e direta participação da recorrente na formulação e na execução de atividades vinculadas ao Contrato de Gestão nº 1/2005.

52. Cabe salientar que, no Processo nº 7459/2007, foi concedido provimento ao recurso, nos termos da Decisão nº 303/2012 (e-DOC 2A611EE6), entendendo o Tribunal que os argumentos foram suficientes para eximir a Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto das penalidades impostas, uma vez que as funções atribuídas ao **cargo de Diretora de Administração não são consideradas como atribuições voltadas à execução do contrato de gestão examinado** (e-DOC 9F34F9AD, pág. 37). Da mesma forma, no Processo nº 7467/2007, na Decisão nº 1431/2012 (e-DOC ECBB8ECF), o Tribunal entendeu pertinentes os argumentos e, no Voto condutor da mencionada Decisão, a Corte considerou que a mencionada senhora não poderia, **na condição de Diretora de Administração**, assinar cheques, durante todo o período de vigência do Contrato de Gestão nº 10/2004, uma vez que não detinha tal competência (e-DOC 03DC19D5, pág. 26).

53. Portanto, a situação do cargo ocupado à época pela recorrente, Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza, por não ter “atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie” e pelo fato de que não lhe cabia a “movimentação de recursos financeiros da entidade”, compatibiliza-se com os entendimentos da Corte exarados em processos de natureza similar, o que permite sugerir o mesmo encaminhamento, quanto à exclusão de responsabilidade em relação à multa a ela aplicada pela Decisão nº 2161/2018 e Acórdão nº 165/2018, bem como quanto ao julgamento pela irregularidade das contas, a semelhança do ocorrido no Processo nº 18932/2007.

54. Verifica-se que a multa foi aplicada com base nos incisos II e III do art. 57 da LC nº 1/1994. Entende-se, no entanto, que, diante do entendimento da Corte quanto à ausência de responsabilidade da recorrente em relação ao ressarcimento de possível débito, perde suporte a sanção a que se refere o art. 57, inciso III, da LC nº 1/1994, haja vista que tal penalidade remete à relevância econômica e à efetiva quantificação dos valores envolvidos, consoante entendimento similar ressaltado no Voto do Ilmo. Conselheiro Relator do Processo nº 7459/2007 (e-DOC E706636A).

55. Importante observar que, no caso da recorrente, pela ausência de individualização de sua conduta nos autos e considerando que as atribuições que lhes foram conferidas no Estatuto Social do extinto ICS não autorizaram aferir a prática de “ato com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial”, também não se vislumbra fundamentos para a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 1/1994.

56. Ante o exposto, considerando os precedentes da Corte, com fundamento no art. 268 do RITCDF, sugere-se provimento ao pleito da recorrente, no que se refere à exclusão



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

da responsabilidade em relação à multa aplicada, bem como quanto ao julgamento pela irregularidade das contas, aproveitando os efeitos do provimento do recurso ao Sr. Emílio Carlos Vitali, então Diretor de Administração do extinto ICS, à semelhança do que ocorreu nos Processos nºs 3220/2008 (Decisão nº 183/2016), 28011/2006 (Decisão nº 3691/2019), bem como aos membros do Conselho de Administração do extinto ICS8 9, Srs. Adilson Waldemar Raposo Junior, Edimar Pireneus Cardoso e João Ignácio Perius, como decidido no Processo nº 7939/200710, bem como no Processo nº 18932/2007. Além disso, que os descontos nos contracheques sejam cancelados e, se porventura efetuados, que os valores sejam ressarcidos.

Análise das razões recursais da Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza

12. Em relação à preliminar de nulidade, alega a recorrente que “a responsabilização dos gestores de entidades privadas configura verdadeira hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, o que não pode de maneira nenhuma ser interpretado de forma extensiva”.

13. Assim, entende ser nula a decisão guerreada por ausência de instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica para eventual condenação da recorrente, o que, *data vênia*, **não merece acolhida**.

14. Com efeito, não há plausibilidade na alegação de necessidade de instauração de incidentes de desconsideração da personalidade jurídica do ICS para eventual condenação de seus dirigentes.

15. A propósito, sobre o tema em questão, merece destaque o entendimento exarado pelo **Supremo Tribunal Federal**, nos autos do **MS nº 21.644 - DF**, no qual a Excelsa Corte aponta para o fato de que **o dever de prestar contas não é da entidade, mas da pessoa física, seja ele agente público ou não** (Rel. Min. Néri da Silveira, Julgamento: 4/11/1993, Tribunal Pleno, D.J. de 8/11/1993, pág. 43.204). Senão vejamos a ementa do julgamento:

"Mandado de Segurança. Tribunal de Contas da União. 2. Prestação de contas referente à aplicação de valores recebidos de entidades da administração indireta, destinados a Programa Assistencial de Servidores de Ministério, em período em que o impetrante era Presidente da Associação dos Servidores do Ministério. 3. O dever de prestar contas, no caso, não é da entidade, mas da pessoa física responsável por bens e valores públicos, seja ele agente público ou não".

16. Frise-se que o **Tribunal de Contas da União** também possui entendimento no mesmo sentido, conforme se extrai da ementa do **Acórdão 9.905/2011**-Segunda Câmara/TCU:

"Em face da natureza não contratual do ajuste, não se faz necessária a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para se fixar a responsabilidade do dirigente da entidade beneficiada com a transferência de recursos públicos."



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

17. Ademais, como bem salientou o Corpo Técnico, *“a competência da Corte para a citação e a condenação em débito da recorrente resta claramente definida no art. 1º, inciso II, alínea ‘d’, e no art. 6º, inciso IV, da LC nº 1/1994¹”*.

18. Em sendo assim, considerando que a Sra. **Dirlene Fiel dos Santos de Souza** exercia o cargo de titular da Diretoria de Promoção Social, que integrava a estrutura do extinto ICS, não há óbice legal em sua eventual responsabilização direta pelos prejuízos apurados no âmbito do mencionado Instituto.

19. Nesse sentido, convergindo com a proposta do Corpo Técnico, o Ministério Público de Contas **pugna pela rejeição da preliminar arguida em sede recursal**.

20. Quanto ao **mérito**, entendo que melhor sorte assiste à recorrente.

21. De início, cumpre consignar que é incontroverso nos autos que a Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza, ora apelante, ao tempo em que foi realizado o pagamento de valores, via reconhecimento de dívida no exercício de 2006, relativos ao Contrato de Gestão nº 01/2005, **exercia o cargo de titular da Diretoria de Promoção Social do ICS**.

22. Segundo o artigo 26 do Estatuto do extinto Instituto Candango de Solidariedade (e-DOC 1CAAE59B, pág. 118), competia aos Diretores as seguintes atribuições:

Art. 26 - Aos Diretores compete:

- a) planejar, dirigir, coordenar e supervisionar a execução das competências das respectivas diretorias;
- b) delegar competência a qualquer chefia subordinada, quando se fizer necessário;
- c) executar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Estatuto e pelo Presidente.

23. Como se pode observar, o normativo acima não individualiza, de forma mais específica, as atribuições de cada um dos diversos diretores do Instituto, fazendo-o de forma genérica aos ocupantes dos respectivos cargos.

24. Não obstante integrar a estrutura diretiva do ICS, verifica-se que o cargo de Diretor de Promoção Social do ICS, de fato, não detinha competência ou atribuição relativa à movimentação de recursos ou atribuições voltadas à execução de ajustes de qualquer espécie, cumprindo tal mister ao Presidente e ao Vice-Presidente do Instituto, consoante as competências definidas nos artigos 24, “b” e 25, “b”², respectivamente, do Estatuto. Senão veja-se:

¹ “Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete: (...) II – julgar as contas: (...) d) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido; (...) Art. 6º A jurisdição do Tribunal abrange: (...) IV – os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições e prestem serviço de interesse público ou social;”

² e-DOC 1CAAE59B – fls. 117/118



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Art. 24 - Compete ao Presidente:

- a) representar o ICS em juízo e fora dele, diretamente ou por mandatário ou preposto, com poderes especificados;
- b) movimentar os recursos financeiros do ICS na forma preconizada no Art. 28;

(...)

Art. 25 – Ao Vice-Presidente compete:

- a) exercer as atividades e atribuições de competência do Presidente, nas ausências ou impedimentos deste;
- b) movimentar os recursos financeiros do ICS na forma preconizada no Art. 28;
- c) executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Estatuto, pelo Regimento Interno e pelo Presidente.

25. O artigo 28 e seus parágrafos do Estatuto, por sua vez, definem ainda a ordem de substituição do Presidente do ICS na sua falta ou impedimento, sendo de relevo colacionar o teor do mencionado dispositivo:

Art. 28 - A movimentação dos recursos financeiros do ICS se dará de forma conjunta, pelo Presidente do ICS e pelo Diretor de Finanças.

Parágrafo primeiro - Na falta ou eventual impedimento do Presidente do ICS, o substituirá o Vice-Presidente.

Parágrafo segundo – Na ausência do Diretor de Finanças, assinará, em conjunto com o Presidente do ICS ou com o Vice-Presidente, o Diretor de Administração, ou o Chefe do Departamento de Administração e Execução Financeira, ou empregado do ICS, nomeado por resolução específica.

26. Percebe-se, pois, que a recorrente, na condição de Diretora de Promoção Social do ICS, nem mesmo era uma das pessoas encarregadas de movimentar os recursos financeiros do Instituto na linha de substitutos do Presidente quando da sua ausência ou impedimento.

27. Ademais, como salientado pelo Corpo Técnico, “*não há nos autos documentos que permitam assegurar a efetiva e direta participação da recorrente na formulação e na execução de atividades vinculadas ao Contrato de Gestão nº 1/2005*”, reforçando a tese recursal de que a Apelante, na condição de Diretora de Promoção Social, não teve ingerência sobre “*contratos de gestão, valores recebidos, valores gastos e prestação de contas de contratos e ajustes em geral*”.

28. De outro lado, no que se refere à alegação recursal de que o Tribunal evoluiu entendimento no sentido de excluir a responsabilidade da Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza em processos de natureza similar ao ora examinado, importante observar que as informações fornecidas pela Unidade Técnica corroboram tal afirmação.

29. O Corpo Técnico cita a Decisão nº 2.177/2018, exarada nos autos do Processo nº 23480/2007, ocasião em que o i. Conselheiro-Relator reapresentou opinião no sentido de exclusão de responsabilidade daqueles que não movimentaram recursos financeiros do extinto



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

ICS. Destacou ainda que, apesar de apresentado recurso pelo MPC/DF naqueles autos, o Órgão Ministerial aquiesceu aos fundamentos do i. Relator, **in verbis**:

*“Nada obstante, **cumpre reconhecer** que a questão de ordem suscitada pelo Sr. João Ignácio Perius, em feitos análogos, sobre sua **ilegitimidade passiva para constar do rol de responsáveis pode, no entendimento ministerial, ser acolhida pela Corte de Contas, haja vista o Tribunal já ter deliberado acerca do fato de os membros do Conselho de Administração do extinto ICS não terem praticado atos de gestão junto àquele Instituto, não devendo ser responsabilizados por eventuais prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas do Contrato de Gestão nº 702/2002.** Nesse sentido as **Decisões nº 4.959/2014 e nº 4.898/2014 (Processos nº 28.011/07 e nº 18.932/07, respectivamente), entendimento que pode ser estendido aos Srs. Benjamin Segismundo de Jesus Roriz; Edimar Pirineus Cardoso; Danilo Caetano de Almeida; José Casemiro Sobrinho e Wellerson Gontijo Vasconcelos Júnior, que detinham a mesma situação no exercício de 2006, não devendo ser responsabilizados pelos prejuízos apurados na execução do Contrato de Gestão nº 702/2002.**”*

30. Atente-se, ainda, que a **Decisão nº 3.691/2019¹**, proferida nos autos do **Processo nº 28.011/2006**, com base no princípio da segurança jurídica, excluiu a ora recorrente do rol de responsáveis daquele feito, a qual também ocupava o cargo de **Diretora de Promoção Social** do ICS. Tal fato, diga-se, corrobora a alegação recursal de que foi levado “*em conta, também, as Decisões n.ºs 5359/2011, 303/2012, 1431/2012, 2111/2018 e 2825/2019, que excluíram do rol de responsáveis os nomes de Eunice Ferreira Miotto e Emílio Carlos Vitali (outrora Diretores de Administração do ICS), os quais, na mesma condição da recorrente DIRLENE, não possuíam atribuição de movimentar recursos e praticar atos financeiros ou de gestão do ICS, de gerir contratos de gestão e prestar contas*”.

31. Também no **Processo nº 3.220/2008**, conforme destacado pelo Corpo Técnico, foi dado tratamento similar, salientando a Instrução que, naqueles autos, no Voto Condutor da **Decisão nº 183/2016** (e-DOC 98F334C4), o i. Conselheiro-Relator também reapresentou fundamentos de mesmo teor², **estendendo o entendimento especificamente à situação da ora recorrente, a Sra. Dirlene Fiel dos Santos Souza**.

¹ “O Tribunal, pelo voto de desempate do Vice-Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, proferido com base no art. 106 do RI/TCDF, que acompanhou o voto do Relator, Conselheiro PAULO TADEU, decidiu: I - tomar conhecimento da Informação nº 85/2019 – 2ª DICON/SECONT; II – com base no princípio da segurança jurídica, tendo em conta as Decisões n.ºs 5359/2011, 303/2012, 1431/2012 e 2111/2018, excluir do rol de responsáveis os nomes de Emílio Carlos Vitali (Diretor de Administração do ICS) e Dirlene Fiel dos Santos Souza (Diretora de Promoção Social do ICS);”

² “Posiciono-me ainda pela não responsabilização do senhor Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS à época, e da senhora **Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS**. Isso porque, conforme vem sendo reconhecido por esta Corte (Decisões nº 303/2012, 1431/2012 e 4476/2014, entre outras), os cargos por eles ocupados não tem atribuições voltadas à execução de ajustes da espécie. Conforme consta do Estatuto do ICS, a movimentação de recursos financeiros da entidade era realizada, de forma conjunta, pelo Presidente e pelo Diretor de Finanças.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

32. O Corpo Técnico, no item 50 da Informação nº 43/2021, fez um apanhado das Decisões mencionadas nas razões recursais, sendo constatada a presença de entendimento em sentido similar aos precedentes acima.

33. Cumpre registrar, por derradeiro, que, nos autos do **Processo nº 7.939/2007** (eDoc 5858A077), o Ministério Público de Contas, por meio do **Parecer nº 135/2021-G3P/DA**, ao analisar o **Recurso de Reconsideração** da Sra. **Dirlene Fiel dos Santos de Souza**, em que também exercia o cargo de **Diretora de Promoção Social do ICS**, opinou pelo **provimento** do apelo para afastar a responsabilidade em relação ao débito que lhe fora imputado solidariamente, tendo em vista a ausência de competência ou atribuição relativa à movimentação de recursos ou atribuições voltadas à execução de ajustes de qualquer espécie.

34. Dessa maneira, considerando os precedentes desta Corte de Contas e a ausência de elementos probatórios, nestes autos, de que a recorrente, na condição de Diretora de Promoção Social do ICS, exercia função de acompanhamento, controle ou gerenciamento de recursos, comungo com a opinião do Corpo Técnico no sentido da exclusão da responsabilidade em relação à multa aplicada, bem como quanto ao julgamento pela irregularidade das contas.

35. Ante o exposto, o **Parquet** especial opina pelo **provimento** do recurso de revisão, na linha sugerida pelo Corpo Técnico.

É o Parecer.

Brasília, 23 de abril de 2021.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador em substituição